

## **Agricultural Policies in OECD Countries: Monitoring and Evaluation 2005**

*Summary in Portuguese*

---

## **Políticas Agrícolas nos Países da OCDE: Monitoramento e Avaliação 2005**

*Sumário em Português*

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

Houve poucas mudanças relacionadas com o nível de subsídios oferecidos aos produtores, a partir do final dos anos 1990, nos países da OCDE como um todo. Passaram de 37% das rendas agrícolas em 1986-1988 para 30% em 2002-2004, mas esse nível de subsídios já havia sido alcançado há sete anos, entre 1995 e 1997. As flutuações anuais do nível de subsídios refletem principalmente medidas políticas que restringem a transmissão do desenvolvimento dos preços comerciais internacionais aos mercados internos. A reforma política deu ênfase à mudança na maneira de serem fornecidos subsídios aos produtores, com uma importante variação das medidas relacionadas à produção. Embora essa variação possa se manter nos próximos anos, as medidas relacionadas à produção ainda dominam o subsídio ao produtor na maioria dos países, incentivando a produção, distorcendo o comércio e contribuindo para reduzir os preços mundiais dos produtos agrícolas básicos. Além do mais, alguns setores produtivos foram relativamente pouco afetados pelas reformas atuais, havendo grande necessidade de superação dessa deficiência. A despeito do distanciamento dos subsídios relacionados à produção, há apenas uma muito simples mudança das políticas visando objetivos e beneficiários claramente definidos. Faz-se necessário empreender maiores esforços para garantir que haja maior transparência nas políticas operacionais, adaptadas a resultados específicos e flexíveis visando a atender às mudanças prioritárias.

---

*A agricultura na OCDE continua caracterizada por altos níveis de subsídios, com grandes diferenças entre países.*

---

Em 2004, o valor dos subsídios aos produtores dos países da OCDE em geral foi estimado em 279 bilhões de USD ou 226 bilhões de EUR. Quando medido em percentual de Equivalentes de Subsídio aos Produtores (ESP), os subsídios representaram 30% das rendas agrícolas, o mesmo valor obtido em 2003. Incluindo-se os subsídios aos serviços gerais à agricultura como a pesquisa, a infra-estrutura, a inspeção e o marketing e a promoção, o subsídio total ao setor agrícola era equivalente a 1,2% do PIB da OCDE em 2004.

Nos países da OCDE, os subsídios aos produtores em 2002-2004 foram inferiores em 5% às rendas agrícolas na Austrália e Nova Zelândia. Esses rendimentos alcançaram em média 20% no Canadá, no México e nos Estados-Unidos, e 25% na Turquia. Com 34%, o volume de subsídios na União Européia (UE)<sup>1</sup> foi superior à média de 30% nos países da OCDE. Os subsídios aos produtores no Japão e na Coreia atingiram em média 60% e aproximadamente 70% na Islândia, Noruega e Suíça.

Desde 1986-1988, o nível de subsídios aos produtores diminuiu em vários países, permanecendo inalterado na Noruega, mas aumentando na Turquia. O maior decréscimo no nível de subsídios aos produtores ocorreu no Canadá, com outros importantes decréscimos no México (desde 1991-1993) e na Nova Zelândia. Dentre os países que se beneficiaram com maiores subsídios, a maior redução ocorreu na Suíça. O total dos subsídios à agricultura na OCDE caiu de 2,3% para 1,2% do PIB entre 1986-1988 e 2002-2004. Verifica-se uma tendência similar em todos os países da OCDE, com exceção da Turquia, onde a proporção do subsídio total à agricultura no PIB aumentou, refletindo, entre outros, os níveis e o crescimento do PIB.

---

*Foram empreendidos grandes esforços para modificar a maneira de providenciar os subsídios aos produtores, mas poucas reformas ocorreram em alguns setores.*

---

A proporção de mais distorcidas modalidades de auxílio à produção e ao comércio - auxílio referente aos insumos e à produção - caiu de 91% dos subsídios aos produtores em 1986-1988, para cerca de 74% em 2002-2004. O decréscimo dos subsídios relacionados à renda evidencia-se também pela redução das diferenças entre os produtores e os preços limítrofes. Em 1986-1988, o preço médio do produtor nos países da OCDE em geral era superior em 60% aos preços limítrofes; em 2002-2004, essas diferenças diminuíram para 30%. As maiores reduções nas diferenças ocorreram na Suíça, na UE e na Noruega, países cujo nível de auxílio é superior à média da OCDE. No entanto, a maior redução

---

<sup>1</sup> A partir de 2004, a avaliação dos subsídios é calculada para os 25 estados membros da UE. Os seis estados membros da UE não-membros da OCDE (Chipre, Estônia, Letônia, Lituânia, Malta e Eslovênia) são incluídos nas estimativas dos subsídios da UE25, mas não no total da OCDE.

ocorreu antes do final dos anos 1990. As reduções dessas formas de auxílio foram seguidas de aumentos nos pagamentos com base na área ou na quantidade de animais ou nos direitos históricos que limitaram o impacto nas rendas agrícolas, sendo que alguns pagamentos se beneficiaram de condições flexíveis.

Entre 1986-1988 e 2002-2004, as diferenças nos níveis de auxílios entre os produtos básicos decresceram em todos os países, notadamente na UE, no Japão e na Coreia, havendo maiores decréscimos no Canadá e na Suíça. As maiores reduções nos níveis e nas melhorias de composição dos subsídios ocorreram nos setores da carne de ovino e dos grãos (outros que arroz). O açúcar, o arroz e o leite continuam sendo os produtos básicos que se beneficiam de maiores subsídios.

---

*O aumento da UE representou um processo significativo para os novos e antigos estados membros.*

---

No 1º de maio 2004, dez novos estados membros passaram a fazer parte da UE, incluindo-se quatro países da OCDE, República Tcheca, Hungria, Polônia e República Eslovaca. Como resultado dos tratados de pré-acessão, os fluxos comerciais entre os 25 países da UE já aumentaram e é previsto que essa tendência continue após a acessão. Somente no setor de grãos, os países fora da UE25 representam fontes significativas para os dez novos membros. Para esses novos países da UE, o procedimento de acessão resultou num aumento progressivo do nível de auxílio aos produtores e aos serviços gerais à agricultura. Embora tenha aumentado, o nível de subsídios aos produtores nos novos estados membros permanece inferior ao da UE15. Por conseguinte, estima-se que a ampliação reduziu o nível de subsídios aos produtores na UE em um ponto percentual.

---

*Foram tomadas decisões sobre como implementar um único plano de pagamento na UE.*

---

Como parte da reforma da PAC de 2003, a maioria dos países da UE15 decidiu começar a implementar um plano único de pagamento em 2005, os outros países (Finlândia, França, Grécia, Países-Baixos e Espanha) devendo iniciar em 2006. A Alemanha, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Reino-Unido resolveram maximizar, embora a França tenha resolvido minimizar, o uso de fornecimento dissociado do único plano de pagamento. A maioria fundamentará o pagamento único nos direitos relacionados à história da fazenda, com a Dinamarca, a Finlândia, a Alemanha, o Luxemburgo, a Suécia e o Reino-Unido utilizando uma combinação de pagamentos regionais e relacionados à história da fazenda. Exceto Malta e a Eslovênia, os novos estados membros implementaram um plano de pagamento numa área única (SAPS) em 2004, providenciando uma taxa sem juro (representando 48 EUR por hectare nos oito) para a terra agrícola, os dez proporcionando pagamentos "para completar". Isso contribuiu para o aumento da renda agrícola em todos os novos estados membros, com exceção de Chipre, Malta e da Eslovênia. Após a fase de transição da SAPS, os novos estados membros implementarão o plano único de pagamento com base no modelo regional.

---

*Em 2004, houve outros importantes desenvolvimentos nos programas de subsídios.*

---

Nos Estados-Unidos, os baixos preços dos cereais deram origem a aumentos significativos nos subsídios providenciados através de empréstimos relacionados ao marketing e os programas de pagamento contra-cíclicos. A UE decidiu que os pagamentos relacionados aos produtos básicos para azeite de oliva, lúpulo, algodão e fumo seriam progressivamente incorporados aos programas de pagamento único a partir de 2006 (2005 para o lúpulo). O programa de Estabilização da Renda Agrícola Canadense substituiu várias medidas de auxílio à renda, e programas de seguros foram difundidos na França, Itália, Coreia e Espanha. Alguns países reduziram os impostos e ofereceram subsídios para compensar o aumento do preço do petróleo. Pagamentos emergenciais para atender a catástrofes climáticas foram providenciados em vários países.

Um componente importante do programa suíço AP 2004-07 consiste na abolição gradual das quotas diárias. Os Estados-Unidos proclamaram a abolição das quotas do fumo em 2005, substituídas por um pagamento de compra da quota de 10 anos. Foi introduzida uma maior flexibilidade no sistema de ajuste da produção de arroz no Japão, com as compras do governo agora mais determinadas pela fragilidade dos preços que pela adaptação dos preços. A Noruega aumentou as possibilidades de comércio privado para as quotas de leite.

---

*Políticas agro-ambientais e de segurança da alimentação continuam se desenvolvendo*

---

A Austrália, o Canadá, o México e os Estados-Unidos introduziram medidas para melhorar a concessão e/ou utilização da água. A Noruega estabeleceu um esquema de trabalho para melhorar coordenar e delinear os pagamentos agro-ambientais. O cumprimento cruzado das condições ambientais nos auxílios aos pagamentos tornou-se obrigatório na UE e foi introduzido no Japão. A Dinamarca e a Noruega aumentaram os impostos dos poluentes agrícolas. Vários países implementaram sistemas de rastreabilidade, incluindo-se para os OGM, ou reestruturaram as regulamentações e administrações dos alimentos.

---

*Os acordos comerciais e as discussões da equipe agrícola da OMC influenciarão o processo de reforma.*

---

Em 2004, quase todos os países da OCDE comprometeram-se em concluir ou iniciar a implementação de acordos comerciais bilaterais ou regionais. Embora isso incluía geralmente um componente agrícola, os produtos sensíveis são muitas vezes isentos de compromissos de liberalização. Após o atraso ocorrido em setembro de 2003, a rodada de negociações comerciais do Programa de Desenvolvimento de Doha (DDA) foi retomada

em 2004. Houve progressos ao se estabelecer um esquema de trabalho para a agricultura, mas vários detalhes importantes ainda devem ser negociados. Embora os acordos bilaterais/regionais possam ocasionar alguns ajustes políticos, é necessário haver progresso multilateral para dinamizar o processo de reforma política agrícola.

Como parte do resultado do prazo de conclusão do DDA, a quantidade de debates da equipe da OMC relacionada à agricultura está aumentando. Embora os países membros e não-membros da OCDE tenham sido reclamantes, os países da OCDE também foram quase sempre respondentes. As equipes abrangeram um vasto elenco de questões, incluindo-se os pagamentos internos, os subsídios à exportação, as disposições de acesso ao mercado, as empresas comerciais estatais e os requisitos fito-sanitários. O resultado das decisões dessas equipes teve consequências importantes tanto na reforma política interna como nos compromissos multilaterais atualmente em negociação.

© OECD 2005

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

**Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE publicada originalmente em Inglês e Francês.**

**Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE**  
[www.oecd.org/bookshop/](http://www.oecd.org/bookshop/)

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit,  
Public Affairs and Communications Directorate.

[rights@oecd.org](mailto:rights@oecd.org)

Fax: +33 (0)1 45 24 13 91

OECD Rights and Translation unit (PAC)  
2 rue André-Pascal  
75116 Paris  
França

Visite nosso sítio [www.oecd.org/rights/](http://www.oecd.org/rights/)

